

**PLANO DE PORMENOR PARA A EXPANSÃO DO PARQUE INDUSTRIAL E EMPRESARIAL
DA FIGUEIRA DA FOZ**

**REUNIÃO DE CONCERTAÇÃO
CM / ARHC / CCDRC**

LOCAL: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC),
Coimbra

DATA: 17.Maio.2019

HORA: 10:00h

PRESENÇAS: (lista anexa)

Aos dezassete dias do mês de maio de 2019, pelas 10:30 horas, , realizou-se, nas instalações da CCDRC em Coimbra, uma reunião de concertação entre a Câmara Municipal da Figueira da Foz (CM), a Agência Portuguesa do Ambiente, IP/Administração da Região Hidrográfica do Centro (APA/ARHC) e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), nos termos do nº1 do Artº87º do RJIGT (na redação do DL 80/2015, de 14/05), com vista a discutir e obter uma solução concertada que permitisse ultrapassar as objeções formuladas em sede de reunião de conferência procedimental realizada a 12.04.2019 no âmbito do nº3 do Artº86º do mesmo diploma, sobre:

- Proposta de alteração da delimitação da REN;
- Avaliação Ambiental Estratégica.

Os documentos de apoio à reunião, que consistem na Memória Descritiva e Justificativa sobre a alteração da delimitação da REN, incluindo Relatório Técnico, e Relatório Ambiental, foram disponibilizados pela Câmara Municipal na PCGT, juntamente com a convocatória.


1. POSIÇÃO/PARECERES DAS ENTIDADES

1.1 Pela APA/ARH-Centro

O representante emitiu o seguinte parecer:

a) Avaliação Ambiental Estratégica - Relatório Ambiental (RA)

Não foram avaliados os efeitos significativos sobre os recursos hídricos (RH) superficiais resultantes da implementação deste plano tanto em termos quantitativos como qualitativos, assim como sobre a disponibilidade de água subterrânea a nível local, em resultado da afetação da recarga dos aquíferos e do aumento de consumo de água resultante das atividades a instalar. Não foram avaliados os efeitos qualitativos sobre os RH subterrâneos resultantes da implementação do plano em análise. Será igualmente necessário avaliar ambientalmente os efeitos significativos cumulativos sobre os RH (superficiais e subterrâneos, em termos quantitativos e qualitativos).



A maioria dos indicadores apresentados não foram elaborados tendo em atenção as recomendações para tal. Assim, conforme referido no nosso ofício S072658-201811-ARHCTR.DPI ARHC.DPI.00030.2018, datado de 2018/11/15, os indicadores devem ser claros, mensuráveis e apresentar a respetiva métrica, sugerindo-se que sejam adotados os indicadores ali mencionados.

Sempre que necessário, os indicadores de seguimento devem ter uma adequada referência temporal e/ou espacial.

Para que a gestão dos RH a utilizar no âmbito deste plano se faça de modo adequado, tal como referido nos nossos ofícios anteriores, deve proceder-se à incorporação do teor do PNUEA e do PENSAAR neste plano. Solicita-se que o proponente refira as soluções a adotar no plano.

Como é sabido, as atividades a instalar na área de ampliação do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz não poderão entrar em atividade sem que esteja assegurado o adequado tratamento dos seus esgotos. Assim, solicita-se informação sobre o destino a dar aos esgotos (incluindo a capacidade disponível da ETAR que os receberá) resultantes da implementação deste plano e respetiva avaliação dos efeitos significativos sobre o ambiente.

Nas áreas em que se prevê utilizar pavimentos não impermeáveis, deve ser mencionada a área impermeabilizada equivalente, de acordo com as respetivas características desses pavimentos.

Tal como referido nos nossos ofícios anteriores, a análise deve incidir sobre o PP em apreço e não sobre o Concelho, salvo se a caracterização de algumas características do Concelho for relevante para entendimento de algum tema do PP.

b) REN

Emite-se parecer favorável à exclusão da área estritamente necessária à implementação do PP. O espaço verde continua integrado na condicionante REN.

c) Conclusão

Emite-se parecer favorável à implementação deste PP, condicionado à satisfação das questões anteriormente mencionadas.

1.2 Pela CCDR-Centro:

As representantes da CCDRC transmitiram o seguinte parecer:

a) Relatório Ambiental

O documento, datado de maio/2019, apresenta-se reformulado, encontrando-se mais focado na área de intervenção e nos objetivos do PP, verificando-se o acolhimento genérico dos contributos transmitidos na apreciação e parecer desta CCDRC sobre a versão presente a Conferência Procedimental. Alguns considerandos merecem, contudo, ser reiterados, como seja o enquadramento da avaliação ambiental do Plano nos diplomas legais em vigor e aplicáveis – logo nos pontos 1 e 2 do documento –, o qual deverá mencionar o atual RJIGT, o DL nº80/2015, de 14/05 (e não os DL nº316/2007 de 19/09, DL nº46/2009 de 20/02 e DL

nº181/2009 de 07/08), no seu Artº78º (referente à avaliação ambiental nos Planos de Pormenor) bem como ainda da al. b) do nº2 do Artº107º (o qual sistematiza o conteúdo documental dos PP), e ainda a falta de explicação da Matriz de compatibilidade e conflitos entre os objetivos do PP – Tabela 10 –, onde não se entende que não exista relação/compatibilidade/sinergias entre o Ordenamento do território e o Tecido empresarial e industrial. Retificar as referências, no texto, às Tabelas das páginas 51, 52 e 53.

b) Proposta de Alteração à Carta da REN

O processo de alteração da delimitação da REN apresenta-se complementado com um parecer técnico elaborado pelo Instituto do Ambiente e Desenvolvimento (IDAD). Deste **Relatório**, com a referência R072.19-19/06.07, consta a caracterização da área em causa em termos da geologia e geomorfologia, dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais e da biodiversidade. Apresentam, ainda, os objetivos e justificação do PP-PIEFF e o seu enquadramento no PDM, avaliando a afetação da estabilidade ou do equilíbrio ecológico da área de REN decorrente deste PP, referindo em síntese no ponto 5.2 do Relatório, o seguinte:

A estratégia de desenvolvimento do município, suportada na planta de ordenamento do PDM da Figueira da Foz, enquadra a expansão do PIEFF tendo sido constituída uma Unidade Operativa de Planeamento e Gestão com a designação de Expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz.

No âmbito deste processo destaca-se como aspeto positivo a redução significativa da área destinada à expansão do PIEFF em cerca de 12 ha.


De acordo com a avaliação efetuada destaca-se o seguinte:

- A área de expansão do PIEFF não constitui uma barreira contra fenómenos de erosão e galgamento oceânico associados a tempestades.
- Haverá uma movimentação significativa de terras/areias que irá alterar de forma significativa a geomorfologia local. Contudo o excedente poderá ser utilizado para a beneficiação da área anteriormente destina à construção do aeródromo.
- A mancha do ecossistema de REN 'Dunas', a sul do concelho e onde se insere a expansão do PIEFF, terá uma redução de 0,9%. Não se antecipa que este facto seja passível de provocar efeitos significativos na fauna e na flora.
- A área de expansão não coloca em causa a dinâmica costeira nem a linha de costa.
- A área de expansão irá reduzir a área de recarga do aquífero em 0,04%, não colocando em causa a recarga e disponibilidade hídrica do aquífero.

Na memória descritiva e justificativa (MDJ) do processo de alteração da REN verifica-se que não existe qualquer menção ao Relatório do IDAD, pelo que, no Ponto 2. da MDJ (Fundamentação da proposta de alteração) deve ser incluída a referência ao parecer técnico do IDAD e o mesmo constar como anexo. Ainda na MDJ, no 2.º parágrafo da pág.3, onde referem “servidão” devem reformular para “restrição”.

A proposta de área a excluir da REN incide sobre toda a área do PP, de 19,3ha, referida como E18, incluindo a área identificada na Planta de Implantação da proposta de Plano como sendo destinada a “Espaço Verde”, de 29321,4m² (2,93ha) de superfície, localizada no limite oeste.

Sobre esta área, a Câmara Municipal não fundamenta a necessidade de exclusão do regime da REN, não se entendendo a sua necessidade, uma vez que, de acordo com a proposta de Regulamento presente na Reunião de Conferência Procedimental (versão datada de fevereiro/2019), no seu Artº17º, não se encontra prevista possibilidade de edificação naquele espaço, conforme se pode verificar:

- 
- "1 — O espaço verde delimitado na planta de implantação é de utilização pública e tem uma função de transição entre as ocupações previstas na área de intervenção do Plano e o território envolvente, não sendo permitida a sua afetação para outros fins.*
- 2 — A execução, arranjo e manutenção deste espaço é da responsabilidade do município.*
- 3 — Não é permitida a edificação neste espaço.*
- 4 — É proibida a impermeabilização do solo, pelo que os materiais de revestimento são essencialmente vegetais, ou com pavimentos semipermeáveis, com exceção dos atravessamentos pedonais essenciais.*
- 5 — Devem ser utilizadas, preferencialmente, espécies da flora local.*
- 6 — Este espaço deve ser sujeito a projeto de arranjos exteriores."*

As peças desenhadas relativas à Carta da REN constantes no processo devem ser reformuladas de modo a incluir as áreas excluídas no âmbito da revisão do PDM e a REN correspondente, conforme a Carta da REN em vigor.

Com o Relatório do IDAD considera-se que foram parcialmente respondidas as questões suscitadas no parecer emitido por esta CCDRC na Conferência Procedimental, encontrando-se genericamente colmatados os elementos em falta.

c) Conclusão

Face ao exposto, considerando que:

- Se encontram parcialmente sanadas as questões elencadas no parecer emitido na Conferência Procedimental relativamente ao processo de Alteração da delimitação da REN e ao Relatório Ambiental;
- De acordo com o Relatório apresentado, em termos da geologia e geomorfologia, dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais e da biodiversidade, a concretização do PP não afeta significativamente a estabilidade ou o equilíbrio ecológico da área;
- A ampliação deste espaço de atividade económicas se desenvolve perpendicularmente à linha de costa, não contrariando explicitamente os objetivos da ENGIZC e os Princípios a observar na ocupação, uso e transformação da faixa costeira estabelecidos no anexo ao Decreto-Lei nº302/90, de 26/09;
- A Câmara Municipal não dispõe de áreas livres dentro dos atuais Espaços de Atividades Económicas no PDM em vigor;
- Que a Câmara Municipal tem urgência em satisfazer pedidos de instalações de novas unidades industriais;
- A área onde se desenvolve o PP em apreço é já propriedade da Câmara Municipal;
- Os demais espaços previstos em UOPG no PDM são de privados, estando ainda a Câmara Municipal em fase de aquisição dos mesmos;
- A área em apreço já se encontra parcialmente dotada de infraestruturas urbanas da área de Espaço de atividades Económicas já existente a norte;
- A área em causa já se encontra excluída do Regime Florestal;

A CCDRC emite parecer favorável à Alteração da carta da REN com a exclusão de área de 16,37ha (em vez dos 19,3ha solicitados pela CM), uma vez que não se encontra fundamentação para a exclusão dos 2,93ha correspondentes ao "Espaço Verde" previsto na Planta de Implantação do PP, não sendo admitidas novas exclusões de áreas de REN no sistema de Dunas que visem a ampliação deste espaço de atividades económicas.

Sublinha-se que o parecer da CCDRC emitido no âmbito da presente Reunião de Concertação versa apenas sobre as matérias colocadas com vista a obter uma solução concertada com a Câmara Municipal, concretamente sobre a proposta de Alteração da Carta da REN, com proposta de exclusão de área, e sobre o Relatório Ambiental. Relativamente a outras questões que condicionaram o parecer desta CCDRC, as quais se encontram devidamente elencadas na Ata da Reunião de Conferência Procedimental com a respetiva identificação das normas legais e regulamentares a que o PP não dava cumprimento, bem como das situações que se encontravam em desconformidade com o PDM, cabe à Câmara Municipal proceder em conformidade, no sentido de dar cumprimento ao Artº85º do RJIGT.

3. CONCLUSÕES

Quanto à REN, foi emitido por ambas as entidades parecer favorável à exclusão da área de 16,37ha, e parecer desfavorável a 2,93ha correspondente ao Espaço Verde previsto no PP.

Quanto ao Relatório Ambiental, foi emitido parecer favorável pelas entidades, devendo, contudo, ser completado com os aspetos acima mencionados.

Nada mais havendo a tratar, foi dada como concluída a reunião, tendo desta sido lavrada a presente Ata, a qual foi assinada por todos os participantes abaixo identificados.

Câmara Municipal da Figueira da Foz

Engª Ana Carvalho (Vereadora) _____

Dr. Victor Sousa _____

Engº João Martins _____

Engº Henrique Simões _____

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Drª Carla Velado _____

Engª Zulmira Duarte _____

Drª Ana Carreiró _____

Agência Portuguesa do Ambiente, IP / ARH Centro

Engº Nelson Martins _____

REUNIAO DE CONCERTAÇÃO CMFF/ARHC/CCDNC

17.05.2019

PP Exp. Parque Industrial e Empresarial L.F. Foz

CCDNC — Paulo Velado

CCDNC — Zulmira Duarte

CCDNC — Ana Correia

CMFF — Ana Carvalho

CMFF — Victor Sousa

CMFF — João Martins

CMFF — Henrique S. —

APA/ARHC — 

